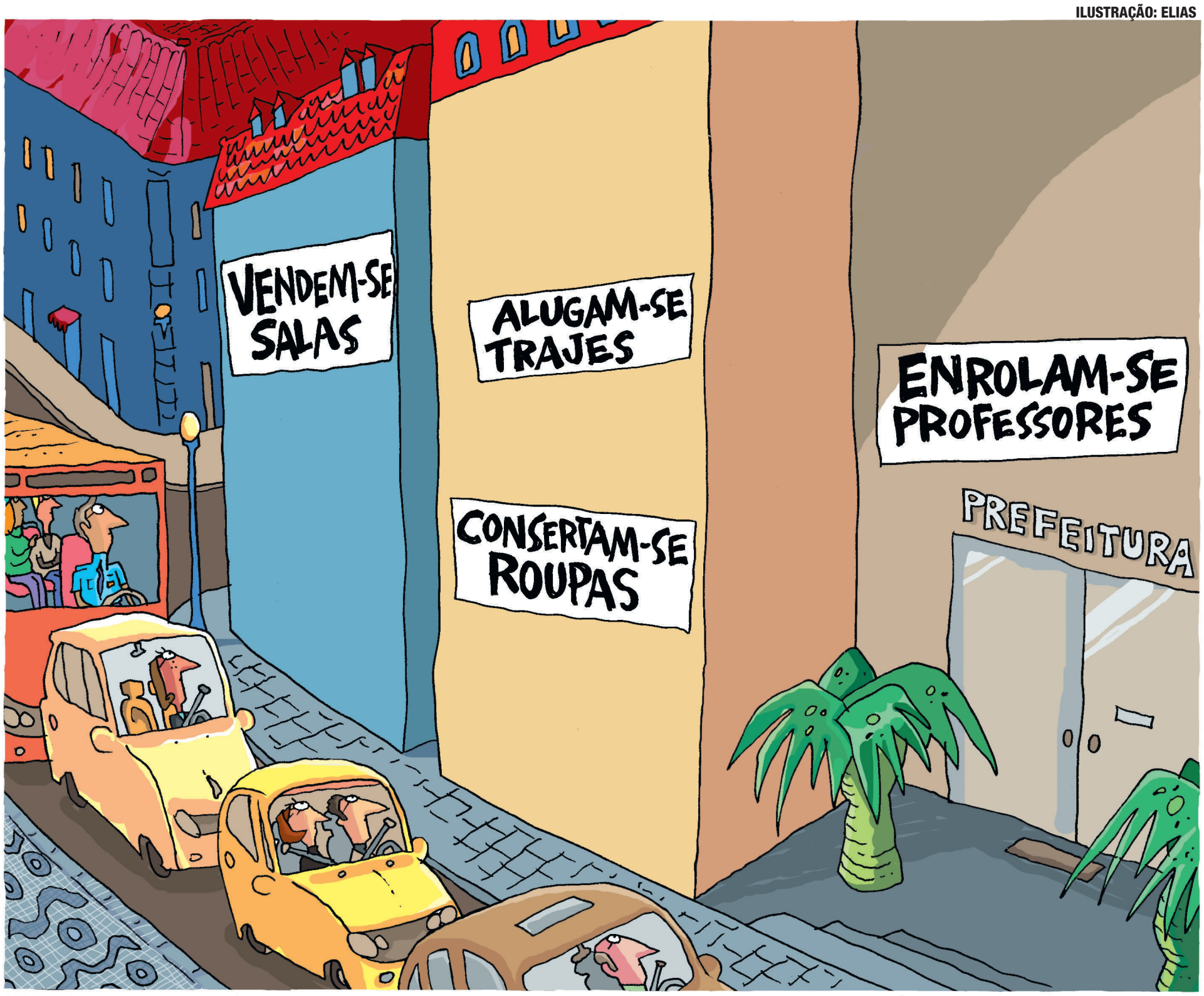
Planejamento começará pela educação infantil
Página 3

Artigo: desafios da educação infantil, por Juliana Moreira
Página 6

Edição 213 |
Agosto de 2018
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

ILUSTRAÇÃO: ELIAS



ABAIXO A ENROLAÇÃO

Governo Pozzobom ganha tempo antes de definir pagamento do piso

Memória Sinprosm: Rúbia Brum
Página 7

Crônica em Rede: Lucas Visentini
Contracapa

EDITORIAL

NOSSA CRISE EM TEMPOS DE CRISE

Vivemos um tempo de crises. Dentre elas do movimento sindical que muitos acreditam decadente, alguns supõem inclusive o fim dos sindicatos. Acreditamos que essa crise na verdade demonstra a necessidade de rediscutir o seu papel na sociedade atual e através do sindicalismo defender os processos democráticos, bem como, continuar servindo de instrumento de defesa dos trabalhadores.

Entre nós professores, o sindicato deve servir como elemento de resistência contra o desmonte das políticas públicas, que afetam diretamente a escola e a qualidade na educação. Supondo aquela que promove a qualidade social, que respeita as necessidades socioculturais daqueles que frequentam a escola pública.

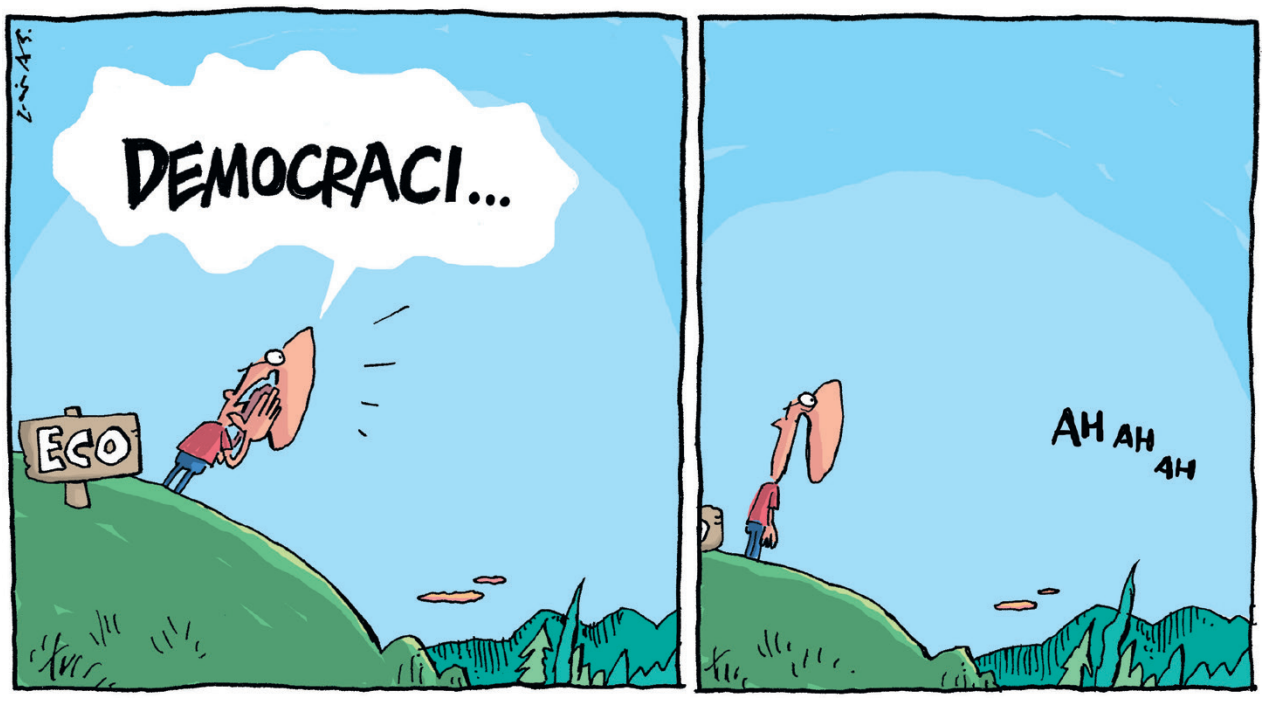
A exemplo desse processo de desmantelamento, podemos citar a EC 95 que congela investimentos do Governo Federal por até 20 anos e influenciam a vida do trabalhador pois colocam limites em gastos não apenas na educação, mas, igualmente, na saúde. Em Santa Maria, a repercussão de tais políticas se evidencia nas já precárias condições de atendimento pelo SUS, como o Hospital Regional que não passa de um ambulatório que atende um número limitado de pessoas diariamente, e na educação, com o não cumprimento da Lei do Piso do Magistério, a precarização das condições de trabalho a que são submetidos os professores e as inadequadas estruturas físicas da maioria das nossas escolas.

Recentemente a perspectiva dos cortes de bolsas da CAPES, consequência da EC 95, mais uma vez impacta na vida do trabalhador e da escola, pois esses cortes prejudicam as pesquisas que geram o desenvolvimento da ciência e o programa de bolsas de iniciação à docência PIBID, que, além de aprimorar a formação inicial dos estudantes de licenciaturas, contribui para a melhoria da qualidade das escolas onde atuam.

O sindicato também é instância de reconfiguração da nossa profissão. Da mesma forma que a escola, ele é espaço de manifestação do sujeito coletivo propulsor da constituição da identidade profissional capaz de levar a um processo reflexivo a respeito dos elementos constituintes da nossa profissionalidade docente como as condições de trabalho, jornada, salário, carreira, formação contínua, ação profissional e qualidade da educação.

Nesse sentido, é que a participação dos professores é fundamental. Não podemos delegar a outros nossa responsabilidade no que tange a defesa dos direitos conquistados, a resistência contra os retrocessos impostos pelas atuais medidas políticas e nas discussões a respeito da nossa profissão.

CHARGE DO ELIAS



ESPAÇO JURÍDICO

WAGNER ADVOGADOS ASSOCIADOS

PAGAMENTO IMEDIATO DE VALORES RECONHECIDOS A TITULO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES BEM COMO SUA CORREÇÃO

Em algumas situações, os órgãos públicos têm deixado de pagar determinadas vantagens reconhecidas administrativamente como devidas, sob o argumento da falta de recursos. Tal procedimento é evidentemente ilegal, pois contraria os textos que instituíram tais vantagens.

Por esse motivo, é possível cobrar o pagamento imediato dessas parcelas, denominadas exercícios anteriores.

Mesmo que eventualmente pagas tais rubricas, não é incomum que, por vezes, os valores reconhecidos como devidos venham a ser calculados de forma incorreta, em razão de adoção de base de cálculo equivocada, falta de reflexo em alguma parcela, ou até mesmo ausência de mera correção monetária, o que possibilita recorrer a esfera judicial para o correto pagamento da parcela.

Importante salientar, que havendo dúvidas sobre a matéria acima referida ou outras de interesse funcional do professor vinculado ao Sindicato, o mesmo poderá dirigir-se à Sede da Entidade no dia e horário do plantão jurídico semanal, ou promover agendamento prévio para atendimento pessoal junto ao Escritório Sede da Assessoria Jurídica, através do fone: (55) 3026 3206.

CARGA HORÁRIA

GRUPO DO PLANEJAMENTO PRIORIZA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na reunião mais recente, etapa foi definida como foco inicial para atendimento da carga horária da Lei do Piso

Os estudos para o cumprimento da Lei do Piso Nacional do Magistério na questão da carga horária continuam no grupo de trabalho criado pela SMEd após reivindicação da categoria. O GT é composto por duas escolas municipais escolhidas em sorteio (EMEI Luiza Ungaretti e EMEF Martinho Lutero), Conselho Municipal de Educação e Sinprosm. As representantes do sindicato são as coordenadoras Martha Najar e Juliana Moreira.

Na primeira reunião, em junho, percebeu-se que seria necessário construir um conceito de planejamento analisando cada contexto, tanto em relação aos espaços físicos das escolas quantos às especificidades de cada etapa e nível da educação, devido à complexidade da rede municipal.

Em julho, avaliando as experiências já existentes, o grupo decidiu por consenso que a estruturação da hora atividade será iniciada pela educação infantil. "Nesse aspecto, é a etapa no município onde os professores ainda não tem garantido esse direito. O Sinprosm defendeu essa posição no grupo e anteriormente nas reuniões com o prefeito", confirma Juliana.

Sinprosm defendeu a prioprização da educação infantil nos estudos sobre planejamento

O próximo encontro será no dia 30 de agosto, quando serão levadas experiências de outras redes, como forma de analisar as possibilidades de implementação na rede de Santa Maria.

SINDICALISMO

SINPROSM DISCUTE PLANO DE CARREIRA EM SÃO SEPÉ

Sinprosm avaliou reestruturação terceirizada pela Prefeitura e debateu com professores do Sinpromuss no dia 19

Com quase 30 anos de luta, o Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria é referência também para entidades de outros municípios. Nesta quarta-feira (19), à convite do Sindicato dos Professores Municipais de São Sepé (Sipromuss), a coordenação do Sinprosm participou de reunião no Instituto Estadual Tiaraju onde a categoria debateu a proposta de reestruturação do plano de carreira apresentada pelo Executivo daquele município.

Representado pelas coordenadoras Martha Najar, Celma Pietczak e Juliana Moreira, foram avaliados pontos do projeto e de estratégias para garantir a manutenção de direitos. "A progressão de ganhos entre níveis e classes é reduzida, não representando elevação significativa em ganhos para o professor que se qualifica", observa Martha Najar. Outro ponto destacado é a exclusão dos professores na elaboração do projeto, já que a reestruturação está sendo realizada de forma terceirizada, por empresa contratada pelo Município. "É importante que a categoria seja ouvida, não seja tudo feito apenas dentro de gabinetes".

Professores devem participar da elaboração do plano de carreira, diz Sinprosm em São Sepé

Martha alerta que a rediscussão dos planos de carreira em diversos municípios, a pretexto de adequarem-se à Lei do Piso Nacional, estão retirando direitos dos professores.

A presidente do Sipromuss, Rosângela Figueira, comenta que a participação do Sinprosm serve para respaldar o trabalho da diretoria, recentemente eleita, e fortalece o seu sindicato pela troca de experiência. "Afinal, mesmo sendo de outro município, a educação é uma só", complementa.

CAMPANHA SALARIAL

CATEGORIA NOVAMENTE NA RUA

Categoria mostrou mais uma vez união na reivindicação de melhorias nas condições de trabalho e cumprimento da Lei do Piso

Professoras e professoras foram acompanhados por alunos, servidores municipais de outras áreas e professores estaduais no dia de mobilização

A luta pela aplicação da lei do piso salarial do magistério levou novamente os professores municipais de Santa Maria a paralisarem atividades no dia 12 de julho. Com a adesão total ou parcial de aproximadamente 70% de escolas, cerca de 400 pessoas concentraram-se na Praça Saldanha Marinho. Alunos, servidores municipais de outras áreas e professores da rede estadual agregaram-se ao movimento.

Pela manhã, os professores realizaram uma panfletagem no Viaduto Prefeito Evandro Behr e calçadão. À tarde, após o ato onde alternaram-se ao microfone profissionais de diversas escolas, o grupo caminhou pela Avenida Rio Branco e Rua Venâncio Aires, até a Centro Administrativo. Solicitada audiência, a administração municipal agendou reunião para o dia 18, com a presença do prefeito Jorge Pozzobom. Adiado, o encontro acabou acontecendo no dia 27.

A coordenação do Sinprosm considerou, até o momento, o resultado como satisfatório. "Estamos aqui para lembrar a administração do compromisso assumido. A categoria mostrou que está unida", afirma a coordenadora de Organização e Patrimônio.

A categoria reivindica a equiparação do básico municipal com o piso nacional. Com os 2,95% de reposição inflacionária concedidos em junho (retroativos a março), o básico ficou em R$ 1.093,66. O piso nacional é atualmente de R$ 1.227,68.

CARTA ABERTA À COMUNIDADE DE SANTA MARIA

O Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria – SINPROSM denuncia o descaso da Prefeitura Municipal com a educação e os educadores da rede municipal. Esse descaso se evidencia no tratamento dado pela administração às escolas e aos educadores.

A Lei 11.738/08, que instituiu o piso nacional do magistério, visa à valorização do profissional docente. No entanto, em Santa Maria, os professores municipais não recebem o piso desde 2015. Por isso, o SINPROSM reivindica a equiparação do nosso básico com o piso nacional da categoria.

Essa mesma lei define também como suas atividades deverão ser desempenhadas. Nesse aspecto, a lei também não está sendo cumprida. Os professores municipais, especialmente de Educação Infantil e Anos Iniciais, têm cumprido toda sua carga horária frente a aluno, realizando seu planejamento fora do horário de trabalho. Todos sabemos que qualquer trabalho de qualidade exige planejamento. Não é diferente com a educação. Se queremos uma escola de qualidade, que atenda às demandas e se atualize, precisamos garantir os espaços e tempos para planejamento individual e coletivo dos professores.

E as condições dos espaços físicos de nossas escolas? A falta de investimento do poder público faz com que as direções de escola tenham que complementar as parcas verbas recebidas com rifas, festas juninas, risotos. É assim que a atual administração "cuida das pessoas"?

Continuaremos lutando por condições de trabalho dignas e pela qualidade da educação no município de Santa Maria.

CAMPANHA SALARIAL

NOVOS ESTUDOS, NENHUMA PROPOSTA

Após nova mobilização da categoria, Prefeitura recebe coordenação do Sinprosm e pede mais tempo para sanar "dúvidas jurídicas"

As reivindicações dos professores municipais de Santa Maria vão sendo empurradas com a barriga pelo Governo Pozzobom. O mais recente encontro entre categoria e executivo não deixa outra conclusão. Realizado no dia 27 de julho, como resultado da mobilização do dia 12 do mesmo mês, a reunião entre Sinprosm e o prefeito Jorge Pozzobom (PSDB) trouxe uma inovação para o protelamento da apresentação de uma nova proposta de reajuste: questões de ordem jurídica.

As professoras Juliana Moreira (Finanças), Celma Pietczak (Comunicação e Formação Sindical) e Martha Najar (Organização e Patrimônio) foram recebidas por Pozzobom, o chefe da Casa Civil Guilherme Cortez, e as secretárias de Modernização Administrativa, Verônica de David, e de Educação, Lúcia Madruga. A condução da reunião pelo governo levou em conta os três itens da carta distribuída pela categoria durante as mobilizações.

Condições de trabalho - Cortez citou licitação para melhorias em redes elétricas, construção de pracinhas com recursos do MPE e outras pequenas obras, dentre os quais o muro da EMEF Dom Luiz Victor Sartori e a caixa d'água da EMEF João da Maia. Foi citado também um estudo da SMEd sobre formas de terceirização de 42 merendeiras em falta na rede. Pozzobom reafirmou a intenção de viabilizar o Pronto Socorro Escolar, promessa de campanha ainda não implementada.

Planejamento - A carga horária para atividades extraclasse está em debate no grupo criado pela SMEd com a participação do sindicato e equipes diretivas de escolas. A coordenação reforçou a importância de atenção a situação das EMEI's, setor onde a situação de sobrecarga é mais crítica.

Governo pautou reunião com pontos elencados na Carta à Comunidade de Santa Maria (box na página ao lado), onde constam as reivindicações da categoria

Piso salarial - A administração municipal ainda não tem posição sobre a reivindicação da categoria pelo pagamento do piso nacional no salário básico. Segundo Pozzobom, existem "dúvidas jurídicas" a serem sanadas, não explicitando quais seriam. Ficou agendado para 9 de agosto reunião entre a Procuradora-Geral do Município Rossana Boeira e a assessoria jurídica do Sinprosm, da Wagner Advogados Associados. "Não temos dúvidas da legalidade da lei do piso, assunto já pacificado no STF, nem de sua aplicação à carreira. Vamos seguir lutando", adianta a coordenadora Martha Najar. Posteriormente a categoria se reunirá novamente com o governo, quando o sindicato espera que seja finalmente apresentada uma proposta de reajuste acima da reposição inflacionária paga em junho.

Saúde - Mesmo que não estivesse na pauta original, a negociação sobre o plano de saúde do funcionalismo foi abordada. Pozzobom disse que as tratativas com o IPE estão em andamento, mas que as condições para contratação e custeio serão consideradas. "Não vou assinar nada sem antes dialogar com a categoria", garantiu.

CONSELHO DE REPRESENTANTES DE VOLTA À ATIVA

Imediatamente após a reunião com a administração municipal no dia 27, a coordenação do Sinprosm convocou a segunda assembleia do Conselho de Representantes. O órgão consultivo é composto por representantes indicados por professores de cada escola da rede municipal e esteve desativado até maio, quando voltou a se reunir.

O encontro na sede aconteceu no dia 1º de agosto. A coordenação repassou a atual campanha salarial, com as suas mobilizações, e detalhou o último encontro com a prefeitura. Ao mesmo tempo, recebeu avaliações direto das escolas em relação às estratégias traçadas até o momento. Segundo o grupo, as negociações tem sido bem conduzidas.

Sobre a última justificativa da prefeitura para não definir um novo índice de reajuste, a opinião comum é de que a medida é protelatória. "Nos parece que agora, com a certidão do TCE indicando a redução do comprometimento financeiro com a folha, a prefeitura está ganhando tempo. Se havia dúvida jurídica, por que esse assunto não foi tratado antes?", afirma a coordenadora Celma Pietczak.

Formação sindical para recém-contratados, maior participação da categoria e ampliação do esclarecimento da sociedade sobre a situação da educação foram questões elencadas. "A coordenação acredita no conselho como meio de troca de informações mais direta entre sindicato e escolas", acredita Celma. As escolas que ainda não indicaram seu representante podem entrar em contato com o Sinprosm a qualquer tempo.

Duas assembleias de representantes foram realizadas desde a retomada do órgão, previsto em estatuto, na atual gestão

ARTIGO

EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE RETROCESSOS: REFLEXÕES URGENTES E NECESSÁRIAS

Nos últimos trinta anos, a Educação Infantil passou a ser reconhecida não apenas como o momento inicial do processo educativo, mas um direito subjetivo e inalienável de toda criança entre 0 e 5 anos ser educada e cuidada em espaços coletivos que priorizem seu bem estar, respeitando suas especificidades e o desenvolvimento de suas múltiplas linguagens.

Da mesma forma que as outras etapas e níveis da educação nacional, a Educação Infantil atravessa um momento delicado no atual cenário social e político, a despeito dos avanços conquistados nas últimas três décadas - especialmente nos últimos 10 anos - no que se refere ao seu reconhecimento social, a ampliação do atendimento, a qualificação dos quadros funcionais e a produção de bases legais e normativas para o trabalho pedagógico desenvolvido nas unidades educacionais, elaboradas a partir de pressupostos teóricos e da participação de professores, estudiosos e pesquisadores da área.

No que diz respeito à implementação da Base Nacional Comum Curricular. Homologado em dezembro de 2017, o documento divide opiniões entre os professores, mas tem sido duramente criticado por pesquisadores da área, os quais apontam que as proposições constantes na BNCC estão em dissonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), na medida em que seguem a lógica de mercado e apontam a necessidade de "investimento no capital humano" desde a infância.

Ao definir competências e habilidades bem específicas para todas as crianças de todas as regiões do país, a BNCC assume um caráter prescritivo, aproximando-se das concepções presentes nos antigos Referenciais Curriculares (BRASIL, 1998) e assim, retrocedendo às concepções anteriores em que havia uma forte separação entre a creche e a pré-escola, reacendendo novamente a Educação Infantil como etapa preparatória para o Ensino Fundamental. Tal concepção desconsidera, em nosso entendimento, todo o acumulado teórico da área em termos de organização curricular, representando um retrocesso na medida em que tende a limitar a pluralidade de concepções que constituem o trabalho educativo, cerceando a autonomia das instituições e a autoria profissional docente, deixando transparecer uma ideologia de produtividade e controle, estabelecendo uma forte relação com as avaliações externas e em larga escala.

Alinhadas com essa perspectiva, foram anunciadas mudanças na organização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), no qual foi incluída a Avaliação da Educação Infantil a partir de 2019. Ao contrário das outras etapas, as crianças das creches e pré-escolas não passarão por nenhum tipo de teste, sendo que a qualidade da oferta do atendimento será acompanhada por meio de questionários aplicados aos gestores e professores, bem como pela coleta de dados referentes às questões estruturais e materiais, além do fluxo de matrículas e formação docente.

Entendemos a necessidade de avaliar os contextos de Educação Infantil, tendo em vista que desde a LDB (BRASIL, 1996) ela é parte integrante da Educação Básica e consideramos necessária a interlocução entre avaliação e a busca de qualidade. Entretanto, é preciso atentar para o fato de que as avaliações em larga escala tendem a generalizar a questão da qualidade, estabelecendo critérios padronizados que geralmente não levam em conta as especificidades de cada contexto - como, por exemplo, as condições objetivas de trabalho dos professores - e a análise do material produzido por meio dessa metodologia de avaliação poderá resultar em um "pacote", que inclui tanto a interferência na política de formação de professores – inicial e continuada – quanto a abertura para a produção de material didático para docentes e as próprias crianças – uma vez que o mercado editorial tem deixado bastante evidente, já há algum tempo, o seu interesse em "abocanhar" também essa etapa educativa.

Além disto, é também importante atentar para a inclusão dos professores de educação infantil nos cursos de formação ofertados no PNAIC para que não se reforce a lógica de que os docentes do segmento pré-escolar devem atender - sem discutir e questionar - as imposições e exigências dos docentes da primeira etapa do Ensino Fundamental como "responsáveis pela preparação da pré-alfabetização das crianças da pré-escola".

Diante do exposto, nesse cenário de retrocessos em que estamos imersos, na iminência de perda de direitos historicamente conquistados por meio de lutas e mobilizações populares, é imprescindível estarmos atentos, e buscarmos possibilidades de discussão e resistência, a fim de que possamos honrar e garantir o direito de meninos e meninas viverem as suas infâncias em espaços educativos organizados de modo a respeitar os seus direitos e as suas especificidades.

Juliana Corrêa Moreira
Professora da Rede Municipal
Mestre em Educação

REFERÊNCIA

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Brasília. 1996.

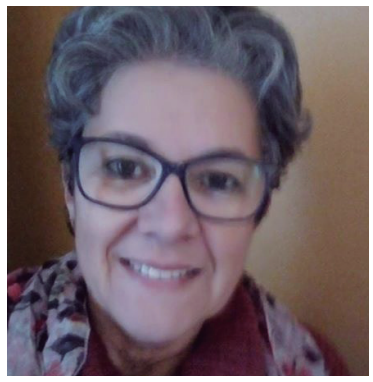
_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 1998.
0

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Resolução 05 de 17 de dezembro de 2009. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, CEB, 2009.

Memória Sinprosm

RÚBIA BRUM, A ARTISTA

Em várias funções de coordenação, a artista plástica cruzaltense marcou história no movimento sindical e é a entrevistada do Primeira Classe de agosto



"PORTA DOS FUNDOS"

Vim de Cruz Alta para Santa Maria em 1980, quando casei. Como tinha me formado no magistério no Colégio Santíssima Trindade, fui tentando uma vaga no município. Consegui em 1986 um contrato fechado por três meses. Algumas pessoas mexem comigo que entrei pela porta dos fundos, mas era assim que era feito na época. O contrato se efetivou e continuei trabalhando como celetista. Em 1988 comecei a cursar Desenho e Plástica na UFSM.

Minha primeira escola foi na Estância do Minuano (atual EMEF Rejane Gervini). Depois fui para a Tomazzeti (atual EMEF Ione Parcianello). Ficava mais ou menos três ou quatro anos em cada escola, depois ia trocando. Em 1996 fiz o concurso e fui aprovada, ficando também como estatutária. Nessa segunda matrícula fui trabalhar em Itaara, onde fiquei meses, para fazer parte da turma que inaugurou a escola da Maringá (EMEF Diácono João Luís Pozzobon).

Mesmo quando estive cedida para o sindicato eu continuei na escola. Mesmo quando fui cedida 40 horas, suplementei e continuei em sala de aula. Um ano só que fui da coordenação pedagógica no João da Maia Braga, mas não era pra mim. Nos últimos anos atuei no EJA por uns cinco ou seis anos, também no João da Maia Braga.

MILITÂNCIA

Sempre simpatizei com a militância política, participei de alguns movimentos, mas nunca com muita ênfase. Entrei no município no final de 1986, me efetivaram no início do outro ano e logo em seguida saiu uma super greve. Falaram pra ter cuidado por causa do estágio probatório, mas não estava nem aí. Aquilo já estava em mim. A partir dali o pessoal começou a falar em montar o sindicato, as pessoas envolvidas eram minhas colegas próximas na militância e acabei entrando meio no grito. Foi uma jornada de muito aprendizado.

Desde lá, sempre participei das coordenações, mesmo que na retaguarda. Morei um ano em Aracaju em licença-interesse e voltei em 2001, quando o Antônio Lídio me botou na parede: "tu participa desde sempre e nada mais justo que tu venha para a coordenação agora". Não era minha intenção, mas como não era de fugir da raia, eu vim cedida com ele e a Suseti.

POLÍTICA

A gente sempre tentou não misturar a questão política com a questão sindical. Mas na verdade tudo faz parte da política, não tem como não interagir nesse meio. Nos acusavam de ser um sindicato partidário e na verdade a gente tinha aqui gente de vários partidos. Teve momentos de mais pressão, mas tentamos não vincular. Época de eleição era ainda pior e o sindicato nunca se manifestou.

Quando o Valdeci foi prefeito eu era da coordenação e tivemos vários perrengues com ele. Não foi fácil, eu o conhecia de antes da política. Nunca escondi que sempre apoiei ele. Enquanto tu está representando um sindicato, fazíamos o que tinha que fazer. Até enterramos ele. Botamos no caixão, com dor no coração, mas colocamos.

VITÓRIAS

A união da categoria foi fundamental para as conquistas que tivemos. E união só se consegue através do sindicato, ela não se reúne sozinha para ir lutar. Temos uma caminhada boa nesse sentido. Na época do plano de carreira, por exemplo, foram tardes e noites em cima até fazermos uma coisa que pudéssemos apresentar para a categoria como um bom plano. Negociávamos com a prefeitura, tira esse item, coloca outro, e conseguimos.

NOVA SEDE

A compra da nova sede não foi fácil. Também foi uma decisão de assembleia, o pessoal vinha olhar a casa. Tivemos que reformar, era uma casa antiga. Algumas pessoas queríamos que ficássemos no centro. Era um lugar pequeno, metade da estrutura que tem aqui não caberia lá. Voltamos para conversar com a categoria, propusemos alugar lá, já é mais um recurso. Olha, um sindicato que tem duas sedes, imagina?! Conseguimos, graças a Deus tudo deu certo. A meu ver ficou muito legal aqui.

OLHAR DE LONGE

Estou morando em Caçapava do Sul, uma cidade pequena, perto dos netos, uma vida zen. Tenho acompanhado muito de longe o que tem acontecido na política e no movimento sindical. Não sei até que ponto as perdas podem desmobilizar. A categoria continua unida e, para o sindicato se manter em pé, vai precisar da mobilização. E se as coisas não mudarem lá em cima, as coisas não serão boas. Na hora do 'pega pra capar' o pessoal vem, vai pra rua, mas tem que ter muito convencimento.

Rúbia (camiseta branca, em pé, segunda a partir da direita na coordenação 1993/1996

Edição 213 |
Agosto de 2018
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

CHÁ DAS APOSENTADAS E BAILE DO DIA DO PROFESSOR: AGENDE-SE

Os eventos festivos mais aguardados por professoras e professores municipais de Santa Maria já tem data. A coordenação confirma para o dia 6 de outubro, no salão nobre do Clube Recreativo Dores, a realização do Baile do Dia do Professor. A animação será da Druzian Sonorizações e buffet do restaurante Babette by Denise. Os convites para sindicalizados estarão disponíveis na segunda quinzena de setembro, na sede do Sinprosm, em data a ser confirmada.

O Chá das Aposentadas será no dia 14 de novembro no salão da Catedral Metropolitana, com animação da Sul Áudio e buffet Bianco Nero. O convite para a tradicional confraternização será distribuído via Correios, junto com a edição de setembro do Primeira Classe, onde constará o prazo para confirmações de presença.

A principal novidade em ambos os eventos será a participação da Fuel Entretenimento. A empresa, maior do interior do Estado no ramo, levará o seu elenco especializado em coquetelaria, dança e animação de festas.

Coquetelaria da Fuel Entretenimento

CRÔNICA EM REDE

DA NOBREZA DA DOCÊNCIA

Sou professor.

Somos professores.

E – sem vaidade ou arrogância –, penso que não há em toda a face da Terra outra profissão tão nobre e digna como a docência. Ser professor é a mais alta expressão de Eros: pulsão de vida! Com nossa profissão temos o poder de [trans]formar vidas para que todas as potencialidades do gênero humano possam ser alcançadas por meio da educação.

Muito além dos conteúdos trabalhados, dos conhecimentos construídos e das reflexões realizadas em sala de aula, ensinamos e aprendemos a ser gente, a ter senso crítico, a refletir, a libertar dos grilhões da ignorância, a ser pessoas ilimitadas – no sentido ontológico e existencial da palavra. E também – como poderia ser diferente? – ensinamos e aprendemos a amar.

O amor é a emoção que funda o social, como nos ensina Maturana. E eis que, por meio da nossa nobre profissão, podemos alicerçar a existência de todos com quem convivemos no respeito mútuo, da aceitação do outro como um legítimo outro na convivência, com o amor que nos constitui humanos. Ser professor é expressão do amor ao outro!

A linguagem constrói realidades, possibilita a sua compreensão e, consequentemente, a ação-reflexão-ação nos contextos em que atuamos. A palavra de um professor pode destruir uma vida, ou exaltar o que há de melhor no outro e elevá-lo às alturas de sua humanidade: eis a importância da docência! Que os professores nunca se esqueçam do poder de suas palavras, que sejam sempre a expressão de Eros, e não de Tânatos!

Que nunca esqueçamos de nosso valor e que sejamos professores desconstruídos e empoderados para que possamos, por meio da nossa ação pedagógica, sempre permeada de reflexões tecidas por sentidos e significados, enaltecer e corroborar para que a docência seja sempre a mais digna e nobre das profissões!

Lucas Visentini
Professor da EMEF Miguel Beltrame e Doutorando em Educação (PPGE/UFSM)

Participe do Crônica em Rede! Envie seu texto com até 1.800 caracteres para sinprosm@gmail.com

SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE SANTA MARIA
Sinprosm
A FORÇA DOS EDUCADORES

Mala Direta Postal Básica
9912342496/2014 - DR/RS
SINPROSM
CORREIOS

CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3223-0168 | 3025-5458

COORDENAÇÃO:
Martha Izabel Pauler Najar, Juliana Corrêa Moreira, Vera Terezinha Simon Monte, Silvana Peruzollo, Celma Pietczak e Leda Marzari

PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA, REDAÇÃO, REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.200 exemplares